



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VANDUÍ ALVES LEITE

**A PROPAGANDA POLÍTICA GETULISTA: UM INSTRUMENTO USADO PELO
INTERVENTOR FEDERAL AGAMENON MAGALHÃES EM PERNAMBUCO**

1937-1945

RECIFE

2023

VANDUÍ ALVES LEITE

**A PROPAGANDA POLÍTICA GETULISTA: UM INSTRUMENTO USADO PELO
INTERVENTOR FEDERAL AGAMENON MAGALHÃES EM PERNAMBUCO**

1937-1945

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em História da
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção de título de
Licenciado em História, sob orientação da Prof.^a
Dra. Marcília Gama da Silva

RECIFE

2023

VANDUÍ ALVES LEITE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História, sob orientação da Prof.^a Dra. Marcília Gama da Silva

Defendido em 26/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marcília Gama da Silva
UFRPE

Prof. Dr. Rômulo Gabriel de Barros Gomes

Prof. Dr. Marcos Aurélio Dornelas da Silva

Recife, 26 de Abril de 2023

RESUMO

Essa pesquisa pretende mostrar o importante papel da propaganda de cunho político utilizada em Pernambuco durante o Estado Novo, pelo interventor federal Agamenon Magalhães. Especificamente no início do seu mandato, entre anos de 1937 e 1940, período que serviu para enaltecer e fortalecer a imagem do governo Federal. Utilizando do referencial teórico de Michel Foucault, com a perspectiva das relações de poder, no contexto político, econômico e social do Brasil abrem a discussão do artigo, mas é a questão ideológica e propagandística do governo Vargas o objetivo principal desse trabalho. Também pretendemos mostrar como o trabalho da imprensa e da propaganda foram essenciais para o projeto desenvolvimentista de Vargas. Além disso, observamos a atuação da repressão e dos recursos publicitários da época, fossem estatais ou privados, para atender aos interesses do projeto político vigente, com destaque para os jornais impressos, os arquivos de órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Palavras-chave: Propaganda política. Estado Novo. Agamenon Magalhães.

ABSTRACT

This research aims to show the important role of political propaganda used in Pernambuco during the Estado Novo, by the federal intervenor Agamenon Magalhães. Specifically at the beginning of his mandate, between 1937 and 1940, a period that served to enhance and strengthen the image of the Federal government. Using the theoretical framework of Michel Foucault, with the perspective of power relations, The political, economic and social context of Brazil opens the discussion of the article, but it is the ideological and propagandistic issue of the Vargas government that is the main objective of this work. We also intend to show how the use of the press and propaganda were essential for Vargas' developmental project. In addition, we observe the use of repression and advertising resources at the time, whether state or private, to meet the interests of the current political project, with emphasis on printed newspapers, the archives of bodies such as the Department of Press and Propaganda (DIP) and the Department of Political and Social Order (DOPS).

Keywords: Political propaganda. New state. Agamenon Magalhães.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa aborda por meio da análise qualitativa o período histórico do Brasil que se inicia com a Revolução de 1930, momento em que se dá uma ruptura importante na República. Esse tema é comumente abordado em salas de aula, seminários, artigos acadêmicos, etc. Trata-se de um momento de mudança no estado, trazendo um novo modelo de administração e também de estrutura. Esse fato pôs fim à chamada *República Velha*, comandada pelas oligarquias rurais pertencentes aos estados de Minas Gerais e São Paulo, também conhecida como política do *Café com Leite*.

Através das pesquisas realizadas das publicações historiográficas sobre o tema; livros, artigos, publicações em revistas, bem como através das buscas realizadas nos documentos que compõem os acervos dos arquivos públicos estaduais, dos diversos tipos: recortes de periódicos, fotografias, fichas processuais, depoimentos e etc. podemos estruturar essa pesquisa, para analisar como se desenvolveu os eventos ocorridos durante o Estado Novo pernambucano.

Com o golpe de estado, Getúlio Vargas governou o país por um período de quinze anos, tendo um momento constitucional entre 1934 e 1937. Esse evento recebeu nome de “Revolução”, embora a história defina como um período ditatorial. Tratamos dessa ruptura política importante, mas que para além desse fato, trouxe consigo uma série de hipóteses e consequências.

É importante refletir como foi o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930, e como a utilização da propaganda política regionalizada em prol do estado centralizador contribuiu para que o estadista permanecesse quinze anos no poder. Os aspectos que resultaram deste acontecimento produziram importantes elementos históricos, como fontes materiais impressas e que nos ajudam entender como o governo federal utilizou o aparelhamento dos seus membros; ministros, secretários, militares, interventores, e elites econômicas, para ditarem o rumo da política no estado de Pernambuco, através do interventor federal Agamenon Magalhães. Isso era um reflexo do aparelho estatal na maioria dos estados do país.

Para isso utilizamos a compreensão teórica de Michel Foucault (1979), principalmente em seu trabalho *Microfísica do Poder* (1979). Na perspectiva do autor essas relações de poder não são estáticas, transitam nas relações humanas. O poder faz parte do jogo das relações entre todas as partes envolvidas, e não está apenas restrito à opressão, está também nos

acordos de trocas, exercendo e sofrendo a ação do poder. Segundo Foucault o poder é uma ação comum às relações humanas. A partir disso as reflexões permitem visões amplas possibilitando o enriquecimento do debate. Nesse sentido, as elites industriais e os militares estão frequentemente nos embates pelo poder político no Brasil.

O contexto em que ocorreu o golpe em 3 de Outubro de 1930 foi de muita turbulência. Isso vinha acontecendo desde a instauração da primeira República, devido à insatisfação dos militares, os conflitos entre as oligarquias, a insatisfação de diversos setores da sociedade que ansiavam por participação nas decisões do cenário político. Além disso, novas demandas capitalistas surgiram na primeira metade do século XIX, inclusive a modernização dos meios de produção.

É salutar destacar o papel da propaganda como ferramenta fundamental na construção de uma imagem positiva do líder estadista e autoritário. Esse instrumento político teve a função de enaltecer a imagem de Vargas e também teve um papel decisivo em torno da centralização das ações e decisões. O que não quer dizer que não houve resistência. Desde a implantação do regime autoritário houve movimentos de embates, sobretudo em São Paulo.

Em Pernambuco temos a exoneração do então interventor federal Carlos de Lima Cavalcante, que se destacou no apoio a Getúlio Vargas desde o final da década de vinte. Ele foi fundador do jornal *Diário da Manhã*. Um importante veículo de comunicação para a população pernambucana na época. Posteriormente foi nomeado como novo interventor federal o político Agamenon Magalhães, figura importante no cenário local e nacional, que contribuiu ao projeto político autoritário, centralizador e desenvolvimentista.

1. O BRASIL E SEUS CONFLITOS NO DECORRER DA DÉCADA DE 1930

Os conflitos que assolavam o nosso país desde a implantação da primeira república em 1889, refletiam os embates que potencializaram a Revolução de 1930, revelando uma sociedade que ainda se encontrava muito ligada ao antigo sistema colonial. Seguindo os moldes do Império, continuamos dependendo economicamente da exportação agrícola, pois nosso capital estava muito atrelado ao café, açúcar e algodão, cujos proprietários formavam as oligarquias rurais.

O sistema de classes sociais estratificadas e o militarismo muito associado à República e ao estado contribuíam para que a grande massa da população não tivesse voz. Essas

circunstâncias causavam instabilidade política, social, como também crise econômica. Ao fazer a revisão historiográfica nos deparamos com diversas contribuições ao debate sobre 1930 e sobre as diversas circunstâncias envolvidas. Esse evento chamado de revolução demonstrou ser muito mais as disputas entre a elite em transformação (industrial) e as oligarquias dominantes (agroexportadora). Nesse contexto, ainda tivemos alguns movimentos, como o Movimento Tenentista em 1922 e A Coluna Prestes, em 1924, sob o comando de Luís Carlos Prestes. Mesmo tendo sido derrotados rapidamente, no contexto que antecede o Estado Novo foi um dos primeiros movimentos que atentaram contra o sistema político e mostraram por meio das armas um sentimento revolucionário (Fenelon 1974, p.150). O tenentismo teve importância central, pois mostrou como um projeto modernizador que olhava para os blocos regionais e se apresentou como um embrião no processo de tomada de poder pelo candidato derrotado, que logo depois deu um golpe de Estado.

Boris Fausto (1990), por sua vez, fez uma abordagem de uma teoria mais cautelosa, onde é preciso atentar para os múltiplos fatores, como alternativas mais complexas e mais efetivas. Nesse sentido, o autor aponta a importância do conflito de classes onde o esgotamento do molde capitalista brasileiro apoiado majoritariamente na exportação de único produto (café), favorecia o acordo entre São Paulo e Minas Gerais.

Em 1929 o mundo passou por uma grande crise oriunda da quebra da bolsa de Nova York, fator esse que afetou as exportações no mundo todo. O nosso principal produto, o café, também foi afetado. Fatores ideológicos que abarcam a criação do Partido Comunista no Brasil em 1922 e também o carisma de Getúlio Vargas pelo fascismo de Benito Mussolini na Itália, faziam parte desse cenário.

As eleições ocorreram em Maio de 1930, e o presidente do Rio Grande do Sul, candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, perdeu o pleito para o candidato da situação que representava os paulistas, Júlio Prestes do PRB. Os derrotados não aceitaram o resultado das urnas alegando fraude eleitoral. A partir de então começou a articulação da tomada do poder pelo bloco que a princípio envolvia os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Posteriormente Rio de Janeiro e Pernambuco foram se articulando e envolvendo as classes médias, além de parte dos militares e alguns dissidentes do movimento tenentista.

Alguns dos articuladores, apoiadores importantes e reconhecidos foram, Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Carlos de Lima Cavalcante e Agamenon Magalhães. João Pessoa, que foi o candidato à vice-presidente, derrotado na chapa de Vargas, foi assassinado em

Recife em julho do mesmo ano. Inicialmente acreditava-se que o crime tivesse motivação política, o que definido posteriormente como um crime cometido por motivações pessoais (Chiavenato, 1991).

Nesse momento cresceram as articulações e começaram os conflitos armados em três de Outubro de 1930, no Rio Grande Do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba. As tropas rapidamente avançaram e tiveram êxito sobre as tropas militares do governo em suas respectivas regiões. Percebendo a ofensiva do movimento algumas das tropas militares aderiram à manifestação, enfraquecendo a resistência. O presidente Washington Luís foi destituído e uma junta militar assumiu provisoriamente, logo depois, em Novembro de 1930, Getúlio Vargas foi instituído presidente da república.

Apesar de todas as perspectivas de avanço, modernização dos meios de produção e também das medidas relativas à inclusão da classe operária no plano estatal (através dos investimentos nas legislações que asseguravam direitos ao trabalhador, inclusão, estabilidade econômica ao empresariado e direito ao voto para as mulheres) tivemos um período de instabilidade onde o governo não conseguiu o apoio de todos os segmentos sociais. O fato é que o governo enfrentou essas resistências como a das elites paulistas que impuseram uma grande manifestação pressionando o governo que se viu obrigado a recalculiar o plano autoritário, promovendo a Assembleia Constituinte de 1934.

Getúlio passou por um período de governo “constitucional” de 1934 a 1937 por eleições indiretas pelo congresso nacional. Contudo, era preciso manter o direcionamento rumo ao estado forte e centralizado.

Criava-se a imagem de uma sociedade homogeneizada e massificada em que os interesses divergentes das classes e frações ficavam diluídos no “interesse do povo” ou da “nação”. A partir daí eram todos igualados, “tanto o operário como o industrial, o patrão como o empregado... não se diferenciam perante a Nação, no esforço construtivo: são todos trabalhadores”. A qualificação “trabalhador” era a categoria utilizada para a simplificação onde os empregados, além de igualados aos patrões, são postos lado a lado com Getúlio, “o maior trabalhador”, e com os demais membros do governo como Marcondes Filho, “um trabalhador brasileiro que há trinta anos, como proletário intelectual, trabalha sem descanso”. A guerra forneceria outro componente para a imagem de igualdade através de afirmações como “todos somos soldados, cada qual no seu setor” e “todos nós somos autoridades quando se trata de defender o Brasil”. (GARCIA, 2002, p.24-25)

A implantação do Estado Novo ocorreu em 10 de novembro de 1937 e o regime perdurou até Outubro de 1945. Nesse golpe de estado o governo deveria estabelecer o

progresso econômico e a ordem social. Para isso, decretou estado de sítio e o estado de guerra. Fechando o congresso nacional, suspendendo os partidos políticos, aumentando a repressão, perseguindo os opositores, sobretudo os comunistas, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935. O resultado dessa ofensiva do governo despertou um alerta para aqueles que não se sentiam representados por ele, como parte dos militares e dos trabalhadores, que passaram a aderir às greves operárias.

O Brasil encontrava-se em uma nova etapa de desenvolvimento. Não com a velocidade esperada, mas com a emergência necessária. Gradativamente articulava-se não só pela necessidade de industrialização, mas um plano maior com a implantação de uma indústria de base, que pudesse elevar a autonomia produtiva do país, atuando com a transformação de matéria prima, tecnologia, aprimoramento de mão de obra, diversificando e aumentando a capacidade de produção, melhorando a infraestrutura e conseqüentemente a exportação do país e o crescimento econômico.

No transcorrer da Segunda Guerra Mundial, o Brasil demonstrava certa neutralidade, pois mantinha acordos com os dois polos, Alemanha e Estados Unidos, buscando adquirir recursos financeiros e tecnológicos para a implantação de uma siderúrgica. No entanto, a aproximação mais lógica com Washington fez com que esse acordo fosse efetivado entre Brasil e os Estados Unidos, em troca da instalação de bases americanas no litoral do Nordeste e pouso de aeronaves aliadas. Assim resultou a fundação do Complexo Siderúrgico Nacional em 1941 (SILVA; CHAGAS, 2016). Essa circunstância fez com que em 1941 o Brasil fundasse a Companhia Siderúrgica Nacional, uma importante estatal para a produção do aço que seria utilizado tanto no mercado interno quanto na exportação.

Era preciso também utilizar os meios de comunicação para integrar nesse plano as diversas classes sociais. Para isso foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), aparelhando os ministérios da Cultura e da Educação, utilizando a arte como forma de demonstrar os valores e formas de conduta daquele projeto de governo. Nesse sentido, os desfiles cívicos militares e os departamentos de educação utilizaram do uso da máquina pública para garantir o engajamento cada vez maior da população, sob a premissa do ajustamento de conduta. Para além dessas estratégias, o estado aumentou a repressão, a tortura aos opositores e a censura àqueles que se opunham aos ideais do Estado.

Nesse momento o governo que carregava na sua gestão várias contradições, viu florescer num mundo pós-guerra um sentimento de liberdade democrática, sobretudo no país

que lutou na guerra ao lado dos Aliados. Embora tivesse características de administração autoritária associada com a Alemanha Nazista e a Itália fascista.

Já nas questões internas diminuiu o apoio ao governo central, principalmente dos intelectuais, operários, estudantes e defensores da democracia, aumentando a onda de apoio à redemocratização em torno do país, além do fortalecimento do principal partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN). Vargas e seus aliados próximos já haviam percebido esse cenário de declínio de apoio ao governo desde o grande manifesto mineiro em 1943, que se mostrou favorável à redemocratização. Com isso, em fevereiro de 1945, Getúlio Vargas previu através de um decreto as eleições gerais.

A Redemocratização foi um processo gradativo, que se desenhou de tal modo ao passo que o próprio Getúlio Vargas se preparou para sair de cena. No entanto, antes mesmo que ocorressem as eleições previstas para Dezembro de 1945, Vargas foi deposto pelos militares. Mesmo saindo do cenário nacional por alguns anos, deixou um legado, atrelado ao desenvolvimento industrial, às relações trabalhistas, a incorporação dos mais pobres ao plano do Estado, e mostrou a fragilidade da nossa democracia com o golpe, a manipulação política através das escolhas diretas dos governantes estaduais, a violência que perseguiu e tirou a vida de opositores, enfim, representou o final de um governo contraditório. O fim da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil (nome do Brasil durante a gestão de Vargas) período tão importante para o amadurecimento do nosso país enquanto república e nação.

2. A PROPAGANDA POLÍTICA PARTIDÁRIA: UM INSTRUMENTO IMPORTANTE AO GOVERNO FEDERAL, SOB A TUTELA DE AGAMENON MAGALHÃES EM PERNAMBUCO

Pernambuco estava alinhado ao governo central desde 1930. Isso foi mantido durante anos, com o apoio de alguns políticos influentes no estado e o trabalho das elites. Essas foram incorporadas aos cargos do governo e as substituições foram feitas na medida em que se achavam necessárias. (Dreiffus, 1987) falou das elites orgânicas de caráter ideológico que preparavam o terreno para o Golpe. Podemos perceber a aplicabilidade dessas ações após os primeiros anos do golpe. Havia a necessidade de unir aliados e introduzir estratégias para a manutenção do golpe, já que as oposições se renovaram com a insatisfação de alguns. (Dreiffus, 1987) descreveu essa liderança sincronizada em comum. Os jornais publicavam

artigos e informações para alcançar os eleitores. Em Pernambuco, o Interventor Federal Agamenon Magalhães, pôde reproduzir com eficiência uma administração linha dura, no conjunto das suas ações propositivas.

O autoritarismo precisou de uma série de ações sistêmicas que o sustentasse. (Dreiffus, 1987, p. 231). Essas ações ideológicas tiveram o objetivo de moldar a sociedade aos valores das classes dominantes, sobretudo mantendo a ordem por meio de doutrinação específica para garantir as decisões políticas. Ambas visavam atingir os setores diversos, mas em geral, essas elites orgânicas combatiam ou persuadiam “blocos” específicos como os comunistas, intelectuais, operariado, utilizando-se sistematicamente de persuasão e manipulação, com os meios de comunicação de maior alcance.

Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que promovia a ideologia do Estado Novo e que controlava as artes através de peças teatrais, cinema, filmes, e emissoras de rádio e jornais impressos. Esses dois últimos tinham uma atuação mais propagandista desse departamento. As rádios e os periódicos tinham suas ações mais precisas nas grandes massas, através de publicações diárias e de notícias manipuladas que enalteciam as ações do governo local e o governo federal.

Tais características do governo varguista se assemelham ao nazismo de Hitler, o que é justificado pelo uso da propaganda através do entretenimento, da cultura, da arte e da educação. A obra de Susan Sontag (2000, p.71) descreveu em *Fascinante Fascismo* as aproximações das produções cinematográficas de Leni Riefenstahl com o Nazismo. A cineasta produziu obras de acordo com a ideologia nazista sendo financiada por ele, além da sua presença ao lado do líder alemão registrada em diversas fotografias. A produção (OLYMPIA, 1936) mostrou uma Alemanha, grandiosa, com a utilização de uma imagem estética inovadora e enaltecida, como também nos documentários das convenções do partido Nazista. A exaltação da coragem e da vitória do homem mais forte sobre o mais fraco eram exemplos de um referencial na perspectiva da utilização da imagem como instrumento de imposição.

O governo varguista tinha simpatia com as ditaduras europeias. Antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra, ao lado dos países aliados, sempre manteve boas relações com os países do eixo, inclusive, com parcerias comerciais com a Alemanha e a Itália, como demonstram os acordos para compra de submarinos italianos e de armamento da Alemanha. A ditadura brasileira perseguiu os comunistas assim como o nazismo fez, porém não associando

estritamente um regime ao outro, uma vez que aqui em Pernambuco o governo perseguiu e reprimiu os representantes do partido nazista local, muitos desses contidos no Prontuário Funcional da Fábrica Paulista, do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, material do DOPS-PE, extraídos de recortes de jornais, fotografias, documentos pessoais, e produzido pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara.

3. AGAMENON MAGALHÃES (CHINA GORDO) UM INTERVENTOR FEDERAL EFICIENTE NO ESTADO NOVO

O interventor pernambucano Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães nasceu em Serra Talhada, em 1893, e faleceu em Recife em 1952. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1916, atuou como Promotor Público em São Lourenço da Mata e foi Professor de Geografia do Ginásio Pernambucano. Na política, foi eleito deputado estadual por mais de um mandato de deputado federal, e em 1930 atuou na Aliança liberal que depôs o presidente Washington Luís da presidência da República e Estácio Coimbra do governo de Pernambuco.

IMAGEM 1 - JORNAL DO COMERCIO, 1995, p.3-14. 5.



FONTE: ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO- PE.

<https://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/wp-content/uploads/>

Sob o governo Getúlio Vargas, foi nomeado ao Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça, chegando a acumular dois ministérios pelo seu alinhamento autoritário e ideológico a Getúlio Vargas. Pelo seu prestígio, foi nomeado à Interventor Federal, e com o fim da ditadura varguista foi eleito democraticamente pelo voto direto ao posto de Governador do Estado de Pernambuco, entre 1951 e 1952. Morreu sem concluir o último mandato.

Durante o seu trabalho como interventor no Estado Novo, de 1937 a 1945, atuou na repressão, em um programa de educação para o trabalho, visando à formação da criança operária, com o intuito de formar o cidadão brasileiro. Agamenon também criou a liga contra o mocambo, junto a um programa de saneamento e urbanização. Também nesse período muitas obras públicas foram realizadas, obras das docas do porto do Recife; terraplanagem da estrada de Ribeirão a Bonito; projetos de obras sanitárias da Mata Norte e Mata Sul; pavilhão do Hospital Osvaldo Cruz; construção da Casa do Estudante; obras de conservação de vários prédios públicos; construção de três cadeias no interior do estado. Essas e outras ações sejam as de infraestrutura quanto às de caráter sociais e ideológicos, de certa forma se associaram ao modelo desenvolvimentista do estado. Todas essas ações eram largamente utilizadas na mídia para divulgar as ações do governo estadual.

Dentre os jornais impressos em circulação no estado em meados da década de 1930, podemos destacar o *Diário de Pernambuco*. Fundado em 1825, se posicionava politicamente contrário à ditadura do Estado Novo. Por isso, sofreu censura durante toda a ditadura varguista. Depois de doze dias da chamada Revolução de 1930, o jornal registrou em editorial que “o país ia de mal a pior e sem esperança de remédio”, e colocou a revolução como “a única saída possível, diante da fraude eleitoral absolutamente arraigada e dominante no país inteiro”.

Sabendo do posicionamento político do editorial e das críticas às quais o jornal dirigia ao governo federal e a atuação política local, o jornal foi censurado e perseguido por várias ocasiões. Chegando a ser fechado em algumas ocasiões, o Diário também foi proibido de fazer críticas mais incisivas à política estatal, além de ter sofrido ameaças e invasões. Com isso, o jornal redirecionou seus editoriais para outras pautas, diminuindo a sua cobertura política para evitar novas perseguições, mesmo mantendo sua linha oposicionista a Vargas durante as eleições.

Existiam outros jornais que atuavam em Pernambuco, alguns mais antigos, outros mais recentes. Um deles, *Folha da Manhã*, foi criado às vésperas da gestão de Agamenon

Magalhães, que recebeu o apelido de “China Gordo”, pelo notório jornalista Assis Chateaubriand, importante personalidade nacional. Alguns dos jornais da época mudaram de proprietário, como foi o caso do *Diário da Manhã* (fundado em 1927 pelos irmãos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti, era um jornal oposicionista às oligarquias e apoiador do golpe de 1930). Carlos havia sido o antecessor de Agamenon Magalhães no cargo de interventor e foi uma importante personagem local na Revolução de 1930. Através do seu jornal *Diário da Manhã* passou a criticar as ações do governo e a apoiar as eleições presidenciais. Por isso, Carlos de Lima foi substituído e teve que se exilar.

O *Jornal do Comércio* (foi criado em 1919 por Francisco Pessoa de Queiroz, um empresário e político brasileiro que mais tarde também criaria o Sistema Jornal do Comércio de Comunicação), mantinha uma linha editorial mais independente e também foi alvo de censura e invasões, seu maquinário quebrado e seu proprietário exilado (Andrade, 2009).

O jornal *Folha da Manhã* pertencia ao mandatário estadual desde 1937, embora tivesse outros sócios minoritários. O jornal tinha um intenso poder de veiculação das publicações, já que estava alinhado ao governo do estado, e servindo de instrumento de propaganda positiva. As notícias sobre o governo e seus secretários eram pautas presentes nas colunas e entrevistas. O *Jornal Pequeno* (fundado em 1898 por Thomé Gibson, na capital pernambucana) era outro veículo que se opunha a Vargas naquele momento.

O que estava posto em Pernambuco no que se refere à publicidade era a “verdade” produzida e divulgada com certa habilidade e eficiência pela qual se atingia o público alvo. O periódico *Folha da Manhã*, por exemplo, custava ao eleitor bem menos que os demais concorrentes e tinha duas tiragens diárias, uma publicação matutina, que tinha uma linguagem mais rebuscada, que estava mais direcionada ao leitor que pertencia a elite, e outra tiragem vespertina, mais popular e de fácil compreensão, com figuras em destaque, notícias do cotidiano e ações governamentais.

Quando analisamos algumas das publicações do período, percebemos pela linha editorial, pelas notícias em destaque e até pela omissão e/ou ênfase das informações, a qual linha editorial pertence. Compreendemos qual o papel daquele veículo, e que tipo de conteúdo é mais frequente, se são os assuntos pertinentes ao cotidiano da população, ou os interesses da região, ou utilidade pública, ou o que era interessante ao Estado. Vejamos:

Agamenon pública continuamente na *Folha da Manhã* toda a cartilha do novo governo. O anti-semitismo, o anti-comunismo, o anti-liberalismo, a

xenofobia, assim como o louvor da pátria, da família, da ordem, do catolicismo, ou seja, as ideologias do regimes nazi-fascistas que estavam presentes na orientação política estado-novista, eram também parte da orientação ideológica do periódico, chegando mesmo a ocupar parte central das suas publicações. Seguiu assim a cartilha nacional, todo o cidadão deveria amar sua pátria, implicando isso seguir o que estava posto os “mandamentos” dos jornais, amar a família, à pátria, a igreja, também as autoridades do Estado, para isso deveriam repudiar os comunistas, homossexuais, as religiões não cristãs, ou seja, àqueles que não estavam de acordo aos critérios estabelecido pelo Estado, para o modelo de nação forte, soberana . (Andrade, 2009, p. 6)

No exemplar do *Diário da Manhã* do dia 01/01/1937, era celebrado o ano novo. Na página dois, o jornal publicou sobre as festividades em vários bairros da capital pernambucana; o investimento do estado para expansão produtiva e comercial; e trouxe uma reportagem sobre uma atitude autoritária de um agente da polícia militar que expulsou um repórter de uma embarcação atracada na cidade. Em notas do *Diário de Pernambuco, Jornal do Comercio, Jornal Pequeno, A Cidade e Diário da Tarde*, observamos que não há matérias relacionadas ao *Jornal da Manhã* que pertencia a Magalhães.

Na página três, há um destaque para uma matéria que traz uma mensagem do presidente da República:

“Os brasileiros ouviram, as primeiras hora de hoje, a palavra do eminente S. Getúlio Vargas. Nessa saudação o presidente reafirma à Nação os patrióticos propósitos de continuar, o bem servir á coletividade e a mesma nobreza e dignidade que vêm distinguindo as suas atitudes de homem público, servindo por um puro idealismo”. (*Diário da Manhã*, exemplar 01/01/1937, p. 3)

No exemplar de 01/01/1938, a capa traz como título: *O presidente Getúlio Vargas falando à Nação. O Jornal Pequeno* em uma de suas publicações ao noticiar a chegada de Vargas ao estado de Pernambuco no ano de 1932 tem a corajosa atitude de chamá-lo “dictador”. Já em outras edições, como em um exemplar do início do ano de 1938, ou seja, no decorrer do Estado Novo, encontramos no destaque a imagem do presidente com uma mensagem de ordem, esperança econômica e trabalho trazendo uma propaganda positiva da sua imagem.

FIGURA 2: PRIMEIRA PÁGINA, O JORNAL PEQUENO, 03 DE JANEIRO 1938.



fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Essas ações eram integradas e tinham a influência de Agamenon Magalhães. Nesse sentido, o rádio foi um instrumento muito utilizado, tanto na capital, quanto nas cidades do interior, tanto por meios amadores ou pelos canais profissionalizados (NETO, 2005). Na década de 1920 temos o surgimento da Rádio Clube de Pernambuco, que logo no segundo ano

do Estado Novo, recebeu um aporte financeiro vindo do palácio do campo das princesas. Na década de 1930, sobretudo durante o Estado Novo, esse sistema estava em plena ascensão. Isso fez com que esse meio de comunicação também fosse bastante explorado como instrumento político e que fizesse parte do projeto doutrinador. Existiam variados programas onde o governador falava duas vezes por dia. Havia os programas de perguntas e respostas, leitura de cartas dos ouvintes. Nesse contexto, os diretores precisavam estar alinhados ao governo, era preciso endossar o coro e os locutores eram fundamentais nesse sentido, pois usavam sua popularidade para isso. Além da doutrinação específica dos jornais impressos, das emissoras de rádios, e do cinema, também eram exibidos documentários que exaltavam feitos do governo, tudo isso feito sob o alto controle exercido pelas autoridades.

O “China Gordo” “era um homem que sabia usar os diversos recursos, incentivou a cultura sobre diversos aspectos, como também no seu uso político” (NETO, 2005). O autor descreve que o grupo teatral “Gente Nossa”, interpretava peças teatrais que exaltavam a moral e cívica. Essas e outras ações eram promovidas e financiadas pelo estado e direcionavam a formação ideológica do cidadão. Existia uma imagem de que Recife era uma cidade festiva e isso era alimentado pelo vários eventos que ajudavam a embelezar o clima hostil que vigorava nesse período. Além disso, havia os desfiles cívicos, os bailes noturnos, as tradicionais festas de carnaval, as festas juninas, as festividades religiosas, todos esses eventos ocorriam com muita pompa, porém com todo rigor e sob observação e controle de membros do governo, que prezava pela sua boa imagem.

A constituição Federal de 1937 trouxe algumas mudanças que permitiram os abusos autoritários. Essa Carta foi apelidada de “Polaca” por causa do alinhamento com a legislação autoritária recém-implantada na Polônia, além dos decretos-lei, da censura prévia à imprensa, e aos diversos meios de comunicação. Até a pena de morte poderia ser aplicada em alguns casos de homicídios e também crimes políticos, ou seja, a constituição garantia a liberdade apenas no documento.

A presença da força policial nas sedes dos jornais era frequente. Havia recomendações aos próprios editores chefes do que poderia ser veiculado na imprensa. Quando contrariavam as ordens, alguns desses indivíduos eram presos. Essa violência se estendeu às religiões de matriz africana, como os terreiros de umbanda da época, como relata uma mãe de santo de 89 anos; Elizabeth de França Pereira. A pesquisa realizada pela professora Zuleica Campos (Campos, 1999), a transcrição do depoimento a Mãe Beta falou

em suas memórias sobre a perseguição do interventor Agamenon aos Xangôs, isso era chamado de medida saneadora ao “baixo espiritismo”. Nas manifestações públicas haviam agentes do governo infiltrados, como aconteceu na manifestação pela democracia, na Praça da Independência, em três de março de 1945, que vitimou o estudante de direito Demócrito de Souza Filho, na sacada do *Diário de Pernambuco*.

O governo pernambucano mostrava seu serviço ao governo federal como relata através de relatórios enviados ao gabinete de Vargas, onde detalhava suas ações combativas às desordens, principalmente quando essas ações estavam estampas nas manchetes dos jornais. A ideia era, cada vez mais, massificar os ideais ordeiros no estado, sob a chancela de veículos como o *Folha da Manhã*, que trazia a coluna “O dia policial”, que enaltecia as ações de Agamenon, fato comum como instrumento propagandista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Golpe de 1930 teve um papel importante no desenvolvimento do país, na medida em que abrangeram os meios de produção e comercialização, o fortalecimento da indústria de base como aparelho estatal, à modernização da industrialização, a inclusão das classes médias urbanas, o trabalhismo que possibilitou avanços na legislação e o direito ao voto da mulher. No entanto, houve um atentado ao Estado Democrático de Direito, com o autoritarismo, a perseguição, a censura e a manipulação ideológica através do uso da publicidade e propaganda. É importante compreendermos que as alianças que envolviam políticos, militares, elites, e também parte da classe média foram fundamentais para o golpe e sua manutenção por quinze anos.

Podemos destacar a relevância política do “China Gordo” para o governo federal. Sua inteligência administrativa e política, que lhe permitiu usufruir da sua rápida ascensão política, seu manejo do instrumento midiático para promover suas ações e manipular as informações e seu prestígio junto a Getúlio Vargas. Aproveitando-se de seu cargo, utilizou do autoritarismo contra opositores políticos e reforçou o viés ideológico, seja pela doutrinação ou pelo uso da força, construindo assim conjunto de ações que formavam as características que propuseram a manutenção do Estado Novo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Emanuelle Lins. **Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação**. Fortaleza: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, p. 2-6.

Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira Acervo digital- periódicos. Cpdoc.FGV.br 17/12/2009; **JAMBO, A. Diário**; **JAMBO, A. Diário de Pernambuco**; **NASCIMENTO, L. História**.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana**. Revista Symposium. Recife, ano 3, p. 65 – 69, Dez. 99. Universidade Católica de Pernambuco.

CHIAVENATO, Júlio José. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes**, 1981. _____ . A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FALCÃO, Dilva. **Bibliografia de Agamenon Magalhães**. Ebiografia.com. Atualização 2022.

FAUSTO, Boris. **Corpo e alma do Brasil, A Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil: P.227-255, 1990.

FENELON, Déa Ribeiro. **50 TEXTOS DE HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: Estado e Planejamento Econômico, 1974.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Rio de Janeiro: ebooklibris, 2002

LEITE, Juliana Ferreira Campos. **Nas páginas dos jornais: a imprensa e a repressão aos alemães em Pernambuco (1938-1945)** Arquivo Público Estadual João Emerenciano. APEJE – PE. 18 Diário de Pernambuco, 24.03.1942. Fundo/SSP: 31.111

LINHARES, Maria Yeadda Leite. **HISTÓRIA GERAL DO BRASIL**. Elsevier Editora. Rio de Janeiro. 2016.

NETO, José Maria Gomes Souza. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo Pernambucano**. Recife: UFRPE, 2005.

PASAVENTO, Sandra Janahy. **O Brasil Contemporâneo**. . Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1991.

SILVA, P. S. da & CHAGAS, H. C. **A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: primeiros movimentos (1942-44)**. Albuquerque – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 108-128.